10:27 65%

Opinião do GLOBO

Caso Marielle traz oportunidade para reerguer segurança

Investigação poderia ser a semente de uma força-tarefa que asfixiasse crime entranhado nas instituições

O resultado da investigação sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) e de seu motorista, Anderson Gomes, traz a oportunidade para o início de uma reviravolta na política de segurança pública nacional e aponta o caminho para impedir o avanço do crime organizado sobre as instituições.

A Polícia Federal (PF) prendeu suspeitos não apenas de mandar matar Marielle, mas também de sabotar as investigações para proteger os executores e a própria organização criminosa. No emaranhado de fatos envolvendo o crime, ainda há muitos fios a puxar. Em linhas gerais, o relatório da PF cita denúncias de que a Polícia Civil do Rio recebia propina para engavetar a apuração de homicídios da contravenção. É preciso retomá-la, bem como esclarecer as mortes de suspeitos vinculados aos acusados de tramar o assassinato — e "apagados" no caminho como queima de arquivo. É fundamental, além disso, entender como esses acusados ascenderam na estrutura do Estado e quem lhes abriu as portas do poder.

Mais que um exemplo de como o crime organizado se infiltra no Estado, o caso Marielle pode ser a semente de uma investigação exemplar, capaz de mudar a política de segurança pública brasileira. É preciso agir contra o crime organizado antes que a contaminação institucional cresça. O governo federal não pode mais fugir à responsabilidade de enfrentar as máfias que aterrorizam o país. Não pode delegar exclusivamente aos estados a missão de combater organizações criminosas que agem como multinacionais do crime. Eles não dispõem dos recursos financeiros nem dos meios necessários para isso.

Na campanha, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu separar os ministérios da Segurança Pública e da Justiça. No poder, não separou. Deveria ao menos assumir o protagonismo numa pauta fundamental para os brasileiros. A Polícia Federal, corporação mais imune à contaminação que as polícias estaduais, tem demonstrado independência para investigar casos que estas preferem abafar. Ela deveria ser o eixo de uma força-tarefa nacional para desarticular o crime organizado, envolvendo as demais forças de segurança, Ministério Público, juízes especializados, Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e Receita Federal. Como em toda iniciativa de sucesso capaz de desarticular máfias incrustadas no Estado mundo afora, investigar o rastro do dinheiro é fundamental para asfixiar financeiramente as organizações criminosas e impedir que continuem a alimentar a barbárie.

Só com um comando central, a atuação de uma força-tarefa que integre as diversas instituições e um plano de segurança robusto, será possível vencer o crime organizado. O grau alarmante de contaminação institucional revelado pelas investigações do caso Marielle deveria servir de alerta às autoridades. A tentativa de blindar o presidente da República dos desgastes associados ao combate à violência não faz sentido, pois Brasília não tem ficado imune ao descalabro. O tema está hoje no topo das preocupações dos brasileiros. O envolvimento da polícia com o crime organizado é, nas palavras do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, "extremamente grave". Ele defende a "refundação dessas instituições". Não há tempo a perder. A hora é agora. A letargia só fará tudo piorar.

Vini Jr. precisa de mais apoio na luta contra o racismo na Espanha

Ele recebeu aplausos da torcida e homenagem do Real Madrid. Mas ninguém foi punido por agredi-lo

O craque Vinicius Jr. voltou aos gramados do estádio Santiago Bernabéu, em Madri, não apenas para disputar uma partida de futebol pela Seleção. O amistoso contra a Espanha, no estádio de seu clube, o Real Madrid, coincidiu com as dificuldades enfrentadas pelo jovem atleta, perseguido por racistas que aproveitam os jogos do campeonato espanhol para agredi-lo pela cor da pele. Dirigentes brasileiros e espanhóis procuraram transformar o jogo — que terminou empatado em 3 a 3 — num ato contra a discriminação racial, sob o lema "uma só pele". Outro gesto de apoio ao atleta ocorreu em outubro, na cerimônia de entrega da Bola de Ouro, quando Vini Jr. recebeu o prêmio Sócrates pela resistência antirracista.

Mas o enfrentamento do racismo na Espanha, infelizmente, precisa de algo além das ações de conscientização. É verdade que não falta apoio do Real Madrid, que homenageou Vini Jr. no Santiago Bernabéu depois dos pesados ataques que sofreu em maio do ano passado, num jogo em Valencia. O choro dele, ao abordar a questão do racismo em entrevista na véspera do amistoso, comprova seu estado de tensão.

Embora continue mantendo alto nível de jogo, a perseguição que lhe movem das arquibancadas espanholas cobra um preço emocional inculculável. Ele afirmou estar "cada vez mais triste" e ter menos vontade de jogar. Mas não sairá da Espanha. "Se sair daqui, dou aos racistas o que eles querem". Na sua visão, a Liga Espanhola (LaLiga) tem evoluído no tema do racismo, mas ele considera que as leis ainda deixam a desejar.

É difícil aceitar que clubes importantes da Espanha não possam se unir para enfrentar com punições duras os times que abrigam torcedores racistas. No último Campeonato Brasileiro, o Corinthians teve de fazer um jogo em seu estádio vazio, como punição pelos cânticos homofóbicos da torcida num clássico contra o São Paulo (pelas estimativas, o clube perdeu receitas de R$ 1,5 milhão). A punição já contrasta das normas do Superior Tribunal de Justiça Desportiva, mas foi preciso que a Confederação Brasileira de Futebol decidisse endurecer contra os crimes de homofobia, racismo e xenofobia para que fosse cumprida.

LaLiga poderia seguir o exemplo e endurecer as punições. Infelizmente, os clubes espanhóis têm sido lenientes. Até agora, houve mais de dez denúncias de atos racistas contra Vini Jr. Ainda não houve punição. Em maio do ano passado, a polícia espanhola deteve sete suspeitos de cometer injúrias raciais contra o brasileiro. Três foram liberados depois de prestar depoimento, e não há notícia de condenação contra os demais.

A revolta justa dos atletas contra o racismo tem feito parte dos esportes ao longo de décadas. Vini Jr., entre lágrimas, disse que só quer jogar futebol, fazer tudo pelo seu clube e sua família. Tem sido forçado a ir além. Ao ser substituído no segundo tempo do empate entre Brasil e Espanha, foi aplaudido efusivamente no Santiago Bernabéu. Conforta, mas não resolve. Ele precisa de mais apoio nessa luta.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
cartas@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA

blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira
editoria.artigos@oglobo.com.br

Mudanças perigosas

Mais cedo do que pensava, o Supremo Tribunal Federal (STF) se depara com sua própria contradição ao ter que julgar os acusados de mandantes do assassinato de Marielle Franco com base muito mais em uma delação premiada do que em provas que a confirmem.

Até hoje o ex-juiz Sergio Moro é criticado por ter declarado que tinha "convicção" de que o então ex-presidente Lula era culpado, como se admitisse não ter provas contra ele. Esse parece ser o caso das acusações aos irmãos Brazão e ao delegado Rivaldo Barbosa, pois a investigação da Polícia Federal não traz provas que corroborem a delação do matador de aluguel Ronnie Lessa, embora quem leia o relatório tenha todas as informações para se convencer de que são mesmo os autores intelectuais do crime.

A questão é que as conclusões da investigação estão sendo contestadas, e a escolha da jurisdição do julgamento também, pela oposição e por advogados independentes. Pelas regras atuais, nenhum dos três acusados deveria estar sendo julgado no STF. Já temos exemplos do que pode acontecer se e quando os ventos políticos mudarem.

A revisão dos critérios para o foro privilegiado faz parte dessas contradições internas do Supremo. Embora o ministro Gilmar Mendes tenha defendido a revisão antes do caso Marielle ter chegado ao STF, já estava lá o inquérito sobre a tentativa de golpe de 8 de janeiro, com a polêmica decisão de julgar todos os envolvidos na instância mais alta do Judiciário.

O mais razoável seria julgar os líderes da intentona no Supremo, deixando para as instâncias inferiores os envolvidos nas depredações da Praça dos Três Poderes. Como o ex-presidente Jair Bolsonaro está envolvido nessa tentativa de golpe desde o início de seu governo, está implicado em crime a ser julgado pelo Supremo, sem que a lei atual precisasse ser alterada.

A revisão dos critérios para o foro privilegiado faz parte de contradições internas do Supremo

Desde o julgamento do mensalão o Supremo definiu, contudo, que, em casos como aquele, o julgamento seria conjunto, pois importava julgar o caso como um todo, e não a ação individual de cada um dos acusados. O mesmo critério está sendo adotado agora no julgamento da tentativa de golpe de 8/1.

Ao decidir, seis anos atrás, restringir o foro privilegiado a crimes cometidos no cargo e em função dele, por iniciativa do hoje seu presidente, ministro Luís Roberto Barroso, o Supremo deu um passo correto, a meu ver, para não banalizar esse instrumento, que originalmente visa a proteger a função exercida, não a pessoa que o exerce.

Neste momento, a ampliação da abrangência do foro privilegiado para todos os que já tiveram cargo relevante quando crimes foram cometidos, garante a permanência no Supremo de todos os inquéritos que envolvam autoridades com ou sem mandato. Dá a impressão, como disse um deputado, que o Supremo quer manter os deputados federais sob sua jurisdição. Não é totalmente inverossímil essa impressão, pois o que dá poder político ao Supremo é justamente essa atuação criminal, que se sobrepõe na maioria das vezes à atuação constitucional de suas excelências.

Nesse caso, o que parece mais provável é que queiram manter com o relator, o ministro Alexandre de Moraes, todos os inquéritos que estão sob seu crivo, de teor político relevante. Assim como mudaram o entendimento sobre foro privilegiado apenas seis anos depois da decisão anterior, também mudaram quanto ao trânsito em julgado.

O plenário do Supremo rejeitou inúmeros habeas corpus a favor de Lula, e negou várias tentativas de sua defesa no sentido de que Curitiba não era a jurisdição adequada para o julgamento. Num belo dia, mudaram de posição quanto à prisão em segunda instância e quanto à jurisdição adequada, mudando também o rumo da história recente.

Correr o risco de ver, em poucos anos, novas alterações, de acordo com os ventos políticos, não é bom para a estabilidade da democracia.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Maia, André Vieira da, Fábio Barbosa, Luiza Bapista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiis - leila.suwiis@oglobo.com.br
Saúde: Ariana Cha Lopes - ariana.cha.lopes@sp.oglobo.com.br
Segunda Capa: Marcelo Rubim - rubim@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Gabriela Goulart - ggoulart@oglobo.com.br
Acervo e Pesquisa: William Fidal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Ballas - ballas@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
E.G: Vera Cavalcanti - veracavalcanti@oglobo.com.br
Bairros: Viktor Carmon Filho - viktorcarmon@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou, pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades) 0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito
ou débito automático em conta-corrente
(preço de seguinte ao mês vigente)
para RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais ps: RJ, SP, MG e ES: R$ 10,00
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não aceita em contrato para cobrança de multa ou renovação da assinatura. Desconsidere qualquer contato a respeito desses temas. Para ser O GLOBO até seu jornal de cedo, acesse para sombrar-se: oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5501 Banco de imagens: (21) 2534-5777
Pesquisa: (21) 2534-5202

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4350
Missas, religiosos e fúnebres: (21) 2534-4033
Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5100

FSC
Leia mais e fale pelo Celular ou PC
CARBON FREE